

O capital e o uso oportunista do genocídio como acelerador da reversão civilizacional: notas sobre a luta de classes no Brasil de Bolsonaro

POR GABRIEL MAGALHÃES

Professor do Instituto Federal de Alagoas, mestre em sociologia pelo ICS/UFAL.
gabrielmbeltrao@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise da situação política brasileira diante do governo neofascista de Jair Bolsonaro. Para esse fim, busca-se iluminar o momento atual a partir das tendências de longo prazo da economia brasileira, que vive um processo cumulativo de financeirização e reprimarização, de modo que a ascensão do neofascismo à Presidência passa a ser encarada como um ponto de inflexão com o objetivo de consumir a reversão civilizacional do país. Com este fim, as classes dominantes brasileiras, que apoiaram o golpe de 2016 e a eleição de Bolsonaro, buscam se valer do cenário de pandemia para acelerar o processo regressivo. As disputas entre fascistas e liberais não são de natureza estratégica, seara em que convergem, mas apenas para identificar quem liderará a refuncionalização do Estado às exigências de uma infraestrutura depauperada. Por fim, à esquerda cabe a tarefa de superar a sua crise política, o que exige clareza estratégica para superar as propostas de conciliação de classes, cada vez mais irrealizáveis e mais funcionais à reversão civilizacional.

Introdução

No momento em que este artigo é escrito, o Brasil já acumula mais de 100 mil mortes em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), com mais de 3 milhões de casos confirmados da doença. Se não bastassem esses números estarrecedores, é público e notório que tais dados estão significativamente subestimados, dada a forte subnotificação de casos e do número de óbitos¹.

Enquanto para milhões de brasileiros a pandemia é motivo de lamentação, tristeza e dor, para as classes dominantes é uma “janela de oportunidades”, tendo em vista a aceleração da reversão civilizacional que já está em curso há três décadas e que recrudescer de forma inaudita a partir do golpe de 2016. A presidência de Jair Bolsonaro deve ser vista como a metástase de um processo vicioso de longo prazo e que nos últimos cinco anos vivenciou seus capítulos mais regressivos, um verdadeiro ponto de inflexão.

A chegada de um sujeito incompetente, ignaro e neofascista à Presidência da República, com o apoio do conjunto das classes dominantes e do imperialismo, não pode

palavras chave:

**neofascismo,
desenvolvimento,
neoliberalismo,
estratégia.**

1. Segundo pesquisa desenvolvida pela UFPEL, de cada sete contaminados apenas um toma ciência do contágio. Cf. <https://bit.ly/34g5krk>. Até 27 de julho o país totalizava mais de 35 mil casos de óbito por Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag) que não tiveram causa esclarecida. Cf. <https://bit.ly/2HjxKrv>

ser encarada como um “raio num céu de brigadeiro”: causalidades estruturais são as chaves para o entendimento dos acontecimentos políticos dos últimos anos e que nos conduziram ao genocídio e à banalização da morte.

Plano Morgenthau reeditado na América Latina: o Consenso de Washington

Uma breve digressão se faz necessária para se apresentar, sumariamente dado os limites do artigo, tais elementos causais de longa duração que iluminam a trágica contemporaneidade. Ao término da 2ª Guerra Mundial uma das propostas postas à mesa das potências Ocidentais vitoriosas (EUA e Inglaterra) era a de impor uma involução civilizacional à Alemanha derrotada, obrigando o país a uma forte desmilitarização e, principalmente, a “ruralização” da antiga potência industrial vencida. Essa proposta ficou conhecida como Plano Morgenthau, sobrenome do então secretário do Tesouro dos EUA, Henry Morgenthau².

Por razões geopolíticas o plano de involução civilizacional da Alemanha não prosperou e foi substituído pelo Plano Marshall e pelo acordo de Bretton Woods, consentindo-se que tanto a Alemanha quanto o Japão – “convidados estratégicos”, segundo Fiori 2000)– acessassem financiamentos em condições excepcionais e mantivessem por cerca de três décadas um câmbio fortemente desvalorizado, competitivo³. A melhor forma encontrada pelos EUA e pela Inglaterra para blindar esses países da atração socialista da URSS e abrir mais um ciclo de forte crescimento econômico foi a adoção dessas medidas excepcionais, não reeditadas em outras regiões, como na América Latina, que no pós-Guerra viu agravar seus *déficits* no balanço de pagamentos até o completo afogamento do ideário nacional-desenvolvimentista autônomo nos anos 60 e 70⁴.

Em nosso país, o modelo desenvolvimentista dependente e associado ao capital monopolista estrangeiro – inaugurado em 1956 com a Instrução 113 da SUMOC⁵ e consumado com o golpe empresarial-militar em 1964 – ao mesmo tempo que solapou as ilusões nacional-desenvolvimentistas dos setores progressistas (inclusive dos comunistas) ao elevar o capital estrangeiro à condição de dínamo do crescimento econômico e fez recrudescer um modelo assentado na superexploração da força de trabalho e numa correlata superestrutura jurídico-política autocrática, permitiu à tecnocracia *burgo-militar* se valer das brechas deixadas por Breton Woods para avançar na industrialização (dependente) do país.

As baixíssimas taxas de juros vigentes no mercado mundial permitiram aos militares impulsionar a industrialização dependente pela via da ampliação da dívida externa a juros flutuantes, chegando a despertar intentos autocrático-autonomistas que logo foram dissipados pela potência do norte. O imperialismo estadunidense ceifou tanto o nacional-desenvolvimentismo autônomo de Vargas e do trabalhismo quanto o intento subimperialista que teve seu apogeu no II PND do governo Geisel.

Com a crise econômica dos anos 70 e a emergência dos “convidados estratégicos” nos anos 80, os EUA recolocam sua hegemonia global por intermédio do poder do dólar, do espraiamento das tecnologias militares ao uso civil (informática e comunicação) e da reformulação da divisão internacional do trabalho, selando o fim do

2. Cf. PROGRAMA MORGENTHAU para a Alemanha Pós-Guerra. Deutsche Welle, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/35UwbsN>. Acesso em 03/10/2020; HOBBSAWM, 1995.

3. Cf. Fiori, 2000; Belluzzo, 2005.

4. Cf. MARINI, 2014 para mais detalhes a respeito da crise de restrição externa e os impactos políticos no bloco no poder constituído em 1937.

5. A Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), atual Banco Central, durante o governo de Café Filho e do Ministro da Fazenda Eugênio Gudin baixou essa instrução que “facilitava excepcionalmente a entrada de capitais estrangeiros, na medida em que permitia que as máquinas e os equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que era mantida para as empresas nacionais”.

modelo fordista-keynesiano firmado em Breton Woods com graves implicações sobre a periferia latino-americana.

A mundialização/globalização do capital reconfigura o bloco no poder do capitalismo mundial, reconvertendo o capital financeiro à condição de fração hegemônica após quatro décadas de amarras keynesianas. A “modernização” imposta aos países latino-americanos, acossados por agudas crises financeiras externas nos anos 80, por intermédio das instituições remanescentes de Breton Woods, FMI e Banco Mundial, envolve um conjunto de medidas sintetizado no chamado Consenso de Washington: “desregulação dos mercados, privatizações, ortodoxia macroeconômica e aposta no dinamismo dos investimentos estrangeiros” (FIORI, 2000, p. 230).

No Brasil, tais políticas neoliberais se iniciaram no governo Collor e enterraram o desenvolvimentismo dependente e associado do período dos anos 60 a 80, produzindo alterações significativas no bloco no poder, que passou a ser hegemônico pelo capital financeiro internacional, pelos grandes grupos econômico-financeiros nacionais e pelo capital produtivo multinacional, secundados e em posição subordinada pelos grandes grupos econômicos nacionais, não organicamente financeirizados, e pelos grandes e médios capitais “que têm maior *especialização* no processo de acumulação: agronegócio, indústria, comércio ou serviços, estando voltados para o mercado interno e/ou externo” (FILGUEIRAS, 2006, p. 184). Tais mudanças produziram um longo processo de desindustrialização da economia brasileira, já em curso há várias décadas. Segundo Filgueiras,

No caso do Brasil, entretanto, o processo de desindustrialização em curso há quatro décadas se caracteriza pelos seguintes aspectos: 1 – Esse processo de desindustrialização não significa um estágio “natural” que todo país deve passar a partir de certo momento do seu processo de desenvolvimento, ao atingir um determinado nível de renda *per capita* (desindustrialização positiva); ao contrário, ele expressa um processo estrutural de reprimarização e especialização regressiva da economia brasileira (desindustrialização “negativa”). 2 – A razão dessa desindustrialização não decorre, portanto, de um estágio mais elevado de desenvolvimento do país, mas é consequência da economia brasileira ter sido “contaminada” pela doença holandesa. 3 – Há uma relação entre a natureza da inserção do país na economia internacional e o processo de desindustrialização. 4 – Há uma relação direta entre esses fenômenos e as políticas macroeconômicas implementadas desde o início dos anos 1990. (FILGUEIRAS, 2019, p. 6)

Passadas três décadas de hegemonia do capital financeiro e da sua política econômica neoliberal, pode-se concluir que o Consenso de Washington produziu um efeito similar àquele pretendido pelo Plano Morgenthau: operou-se uma notória involução econômica, científica e tecnológica do país. A industrialização dependente do período anterior foi capaz de internalizar a 2ª revolução industrial em um período em que havia complementaridade entre a estratégia do capital monopolista internacional e o projeto desenvolvimentista associado. Entretanto, a emergência da nova etapa do capitalismo mundial nos anos 70/80 elidiu essa complementaridade, deslocando as cadeias produtivas e o investimento estrangeiro direto (IED) para o leste asiático a partir das estratégias das grandes corporações, fato este que contribuiu para o distanciamento ainda maior da fronteira tecnológica a partir dos anos 90.

A adoção das medidas do Consenso de Washington acelerou e agudizou ainda mais a reversão civilizacional brasileira, corroendo-se as já precárias bases materiais de

Desta forma, “a burguesia industrial tomava uma posição frente à crise que surgira no setor externo, (...) [aceitando] que as divisas necessárias para a superação dessa crise fossem fornecidas pelos grupos estrangeiros, concedendo-lhes, em troca, uma ampla liberdade de entrada e de ação, renunciando, portanto, à política nacionalista que havia sido esboçada por Vargas” (MARINI, 2014, p. 81).

Evolução da Produtividade Total dos Fatores (com ajuste para capital humano) em países selecionados

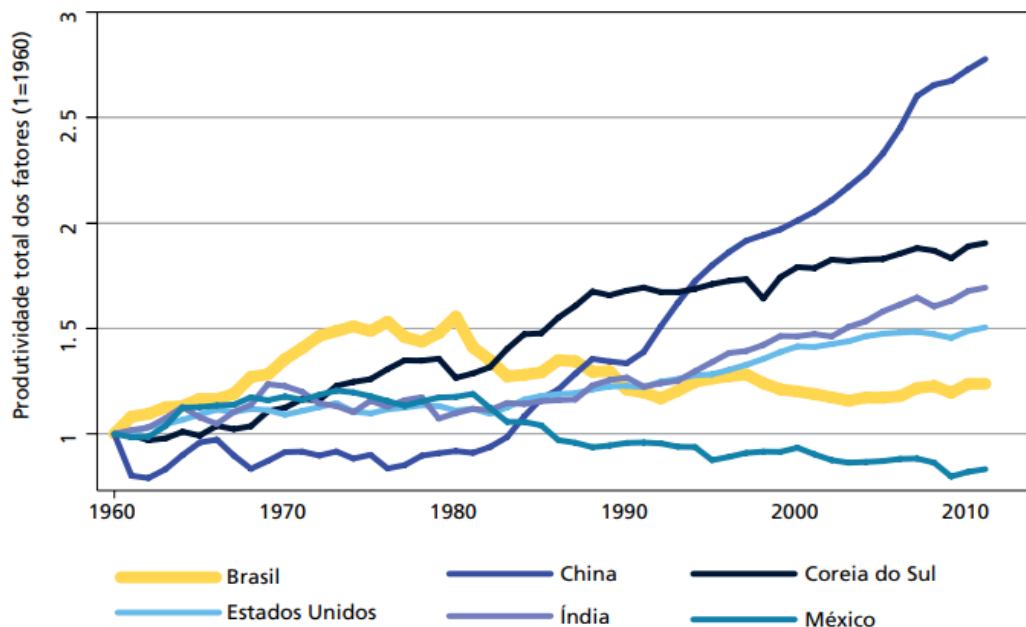


Gráfico 1 | Fonte: NEGRI e CAVALCANTE (2014)

sustentação de uma utópica democracia burguesa que, conforme aspiravam os setores democrático-populares nos anos 80, integrasse satisfatoriamente as amplas maiorias num modelo de bem-estar social e de participação política de alta intensidade. A integração subalternizada ao imperialismo escancarou seu caráter profundamente heterônimo, ficando o país completamente a mercê das estratégias do grande capital estrangeiro.

Mesmo que o modelo de industrialização dependente e associado definitivamente não fosse capaz de se constituir como alternativa à superação da dependência econômica, o comparativo econômico com o Brasil do “padrão exportador de especialização produtiva”(OSORIO, 2012) explicita o processo de involução de longo prazo. De 1980 até o presente, o crescimento da renda *per capita* brasileira foi de míseros 0,7%, contra 1,7% dos países centrais (MACHADO, 2019). Em 1980 a renda *per capita* do Brasil equivalia a 39,9% da dos EUA, regredindo para 25,7% em 2017, proporção semelhante a 1950 (Conference Board *apud* MARTINS, 2018).

Diversos são os estudos que apontam a estagnação da produtividade do trabalho na economia brasileira desde os anos 80, ampliando o fosso que distancia o Brasil dos países centrais, cuja marca é a alta produtividade. Conforme o gráfico incluído por Negri e Cavalcante (2014), o país vivenciou perda de produtividade em relação aos demais países, e mesmo internamente, quando comparado aos anos 80.

A despeito de breves períodos de forte demanda interna, a taxa de investimento da economia continuou abaixo dos 20% do PIB⁶, fator que impossibilita um crescimento de longo prazo. Em 2019, a taxa de investimento do Brasil foi pouco maior que 15%, o menor indicador em 50 anos (BALASSIANO e TRECE, 2019), com o investimento público indo pouco acima de 2% do PIB. Da década de 90 para cá, o Brasil apresenta um forte processo de desindustrialização *precoce*⁷, tendo a manufatura

6. À luz da teoria marxista da dependência, a persistente baixa taxa de investimento na economia brasileira pode ser lida como um efeito crônico da superexploração da força de trabalho, que restringe os efeitos da mais-valia relativa no conjunto da economia. Em economias dependentes a superexploração freia o crescimento da composição orgânica e técnica do capital e mesmo os ganhos existentes e que impactem positivamente sobre a produtividade não deflagram um ciclo alvissareiro da mais-valia relativa, como é típico dos países centrais. Isso ocorre, pois, as unidades produtivas de alta composição técnica se beneficiam de uma alta taxa de lucro proveniente da mais-valia extraordinária (transferência de valor) advinda das unidades produtivas de menor produtividade. Essa assimetria produtiva não é sucedida pela nivelção das taxas de lucro, visto que os capitais de menor produtividade e que perdem mais-valia buscam compensar tais perdas ampliando a superexploração da força de trabalho, num ciclo vicioso que trava um crescimento substantivo e acelerado da produtividade do trabalho no conjunto da economia – a base da mais-valia relativa. Há um insulamento da alta produtividade em alguns setores (bens suntuários) que também se

atingido a cifra de apenas 10,1% do PIB no primeiro trimestre de 2020. A exportação de manufaturados também despenca progressivamente, saindo de 80% do total exportado em 1990 para cerca de 50% atualmente.

Pari passu a este processo de desindustrialização, adquire cada vez maior importância na economia brasileira a exportação de *commodities* agrominerais (reprimarização) e o setor de serviços de baixa intensidade tecnológica e baixa produtividade, cujo efeito para os trabalhadores é a demanda por empregos que remuneram mal e exigem pouca qualificação. O setor primário adquire cada vez mais importância para a economia à medida que os saldos da balança comercial devem compensar as perdas externas com remessas de lucro e outros mecanismos de saída de capitais. Por fim, o Consenso de Washington produziu uma intensa financeirização da economia brasileira, convertendo a burguesia industrial associada ao imperialismo à condição de investidores do mercado financeiro ou sócias menores da pilhagem do patrimônio público no processo de privatização⁸.

A condução da política econômica é essencial para o capital financeiro, garantindo condições para a extração ampliada de recursos públicos por intermédio do sistema da dívida pública. A captura dos fundos públicos para alimentar esse processo regressivo, portanto, deu a tônica da luta de classes nas últimas décadas, com a classe trabalhadora resistindo ao receituário neoliberal em defesa da efetivação de direitos sociais consagrados na Constituição de 1988.

A ressaca neodesenvolvimentista, o golpe e a ascensão do neofascismo

A emergência do chamado ciclo progressista latino-americano embriagou amplas parcelas da esquerda no subcontinente. Aparentemente a *neo-oligarquização do Estado*⁹ consubstanciada no processo de transição aos regimes democrático-liberais haveria sido substituída por democracias populares capazes de implementar projetos que incorporavam, econômica e politicamente, as classes trabalhadoras concomitantemente ao desenvolvimento econômico. A diversificação produtiva garantiria o desenvolvimento sem a exclusão social ocorrida no desenvolvimentismo autoritário dos anos 70/80. Entretanto, os indicadores econômicos apresentados acima deixam evidente que as políticas intituladas como neodesenvolvimentistas não foram capazes de modificar a tendência de longo prazo deflagrada no início dos anos 90.

A despeito de resultados importantes na mitigação da pobreza extrema mediante a adoção de políticas redistributivas focalizadas (social-liberalismo, segundo Castelo, 2012), mas que deixaram intocada a estrutura de propriedade, o “neoliberalismo inclusivo” (SANTOS, 2018) dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entregou o país mais desindustrializado e dependente do capital financeiro e das *commodities* agrícolas e minerais.

O novo desenvolvimentismo negligencia em absoluto a crítica marxista ao desenvolvimentismo clássico, restringindo o seu diálogo com os neoliberais. Tanto o “velho” quanto o “novo” partem da premissa de que o Estado é o demiurgo do desenvolvimento, visto como um ente etéreo e acima das classes sociais e que deve perseguir o bem-estar da sociedade por intermédio dos seus planos econômicos de

beneficiam da superexploração. Neste fenômeno complexo reside a chave explicativa para se entender o caráter autocrático do Estado burguês no capitalismo dependente. Cf. MARTINS, 2018.

7. Segundo Morceiro (2019), a desindustrialização brasileira não se identificaria com aquela dos países centrais ocorrida a partir da internacionalização das cadeias de valor. Diferentemente desta última, a nossa desindustrialização foi *precoce*, ocorreu antes da industrialização atingir o seu ápice e ocorreu principalmente nos setores intensivos de tecnologia e conhecimento. Reflexo do modelo de industrialização dependente do período desenvolvimentista.

8. Para Boito Jr. (2018), trata-se de “nova burguesia de serviços” resultante do recuo do Estado na área dos serviços básicos, oriunda da mercantilização da vida típica do neoliberalismo.

9. Segundo Osorio, “poucos momentos da história latino-americana expressaram um grau tão forte de oligarquização do Estado e uma capacidade tão marcada de ingerência e decisão política de grupos econômicos restritos como o momento vivido pela região entre as ditaduras militares

curto, médio e longo prazo. “Um agente racional, funcional e homogêneo, capaz de construir instituições e formular planos de curto e longo prazo” (FIORI, 2011). A despeito dessa crença utópica no Estado dependente ontem e hoje, Castelo (2012) tem razão ao apregoar a decadência ideológica do “novo” em relação ao “velho”, com o esvaziamento da política e a entronização da macroeconomia. Diz ele:

A despeito dos limites das lutas nacional-desenvolvimentistas, eles falavam em reformas estruturais com apoio popular, lutas anti-imperialistas e antilatifundiárias para pôr fim ao subdesenvolvimento. Hoje, o novo desenvolvimentismo reduz as lutas de classes ao controle das políticas externa, econômica e social para operar uma transição lenta e gradual do neoliberalismo para uma quarta fase do desenvolvimentismo. A grande política é, portanto, esvaziada do seu poder transformador, dando lugar a uma política de gestão técnica dos recursos orçamentários, como se a distribuição da riqueza nacional e a apropriação da mais-valia não se tratasse de uma questão de organização e força das classes sociais, tal qual defendiam a economia política clássica e a crítica da economia política (CASTELO, 2012).

O novo desenvolvimentismo propõe um conjunto de medidas ainda mais vago e gelatinoso em relação ao anterior. Com relação ao papel do Estado, “neodesenvolvimentismo propõe que ele seja recuperado e fortalecido, mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações” (FIORI, 2011).

A dita reedição desenvolvimentista em tempos de hegemonia do capital financeiro realocizou a grande burguesia interna (bancária, comercial, industrial e de serviços) em condições mais favoráveis no interior do bloco no poder. Sem, contudo, superar a hegemonia das finanças no bloco (BOITO Jr., 2018). No entendimento do autor, o neodesenvolvimentismo se constituiu enquanto uma frente política dirigida pela grande burguesia interna brasileira, que contou com a adesão da

baixa classe média, operariado, campeonato e trabalhadores da massa marginal [... A] frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder (BOITO Jr., 2018, p. 103).

A frente foi organizada fundamentalmente pelo PT¹⁰, expressando a hegemonia interna ao partido do grupo dirigente composto pela “nova aristocracia do trabalho” da indústria automotiva, do setor petrolífero e bancário, que aspirava à ressurreição do velho desenvolvimentismo sem romper, contudo, com o modelo neoliberal vigente no país (BOITO Jr., 2018, p. 37). Ainda segundo o autor, o neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal, atuando nestes estreitos limites impostos pelo modelo vigente.

Segmentos do grande capital interno ligados às grandes obras de engenharia (Odebrecht, por exemplo) foram catapultados pelo BNDES e demais instrumentos de política industrial a fim de se converterem em “campeões nacionais”, empresas convertidas em *holdings* que passaram a atuar em outros setores produtivos e tiveram forte apoio governamental para exportar capital na América Latina e África.

A Petrobrás foi reconduzida, mesmo que parcialmente, à condição de empresa pública, adensando a cadeia produtiva com a política de conteúdo nacional e se cacifando como a principal atuante em investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e em complexidade econômica. A despeito desses êxitos pontuais de diversificação

e o período imediatamente posterior à queda de tais ditaduras [...] o Estado se tornou alvo do botim de alguns poucos grupos” (2014, p. 229).

10. A vitória dessa estratégia política no interior do PT, denominada como estratégia democrático-popular, produziu um progressivo transformismo do partido a partir dos anos 90, processo que é consumado com a chegada de Lula ao governo em 2002. Cf. IASI, 2006.

produtiva, ganhos de escala e complexificação tecnológica, as políticas industriais dos governos petistas não se caracterizaram “nem por buscar complexidade, nem por buscar diversificação, o percentual dos desembolsos aprovados [do BNDES] voltados para atividades novas e mais complexas acabou sendo muito baixo” (MACHADO, 2019, p. 87). Essas políticas beneficiaram majoritariamente os setores produtivos que já gozam de vantagens comparativas (JBS no agronegócio, Vale no setor de mineração) ou setores industriais de baixa produtividade, não sendo suficientes, portanto, para reverter o quadro instituído com o Consenso de Washington.

Entendemos que o golpe de 2016 se deveu a fatores externos e internos, políticos e econômicos. A crise de 2008 proporcionou um cenário externo atípico e que permitiu à política externa brasileira e às grandes empresas de capital interno certa margem de manobra inexistente em condições normais. Com isso, os governos do PT reforçaram suas articulações Sul-Sul e se projetaram na América Latina e na África (em iniciativas como a do BRICS e da CELAC), com as empresas brasileiras tendo ampliado sua projeção na exportação de bens e serviços e de capital para tais localidades.

Simultaneamente as articulações com a China cresceram na região, despertando a insatisfação dos EUA. Desde as denúncias de Edward Snowden ficou explícito que o Departamento de Estado dos EUA atuava na região, no Brasil em particular, a fim de criar condições políticas para reverter essa política externa multifacetada e o crescimento da transnacionalização de empresas brasileiras – Petrobrás, especialmente. Hoje já há material farto que comprova esse vínculo orgânico de parcela do Judiciário, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal com organismos do imperialismo estadunidense no bojo da Operação Lava-jato (MANOEL, 2019).

Internamente, as condições econômicas excepcionais que permitiram certa ampliação do gasto público sem ferir os sacrossantos pilares da austeridade fiscal permanente, imposição política da fração hegemônica do bloco no poder, começaram a se dissipar a partir de 2013. O ciclo de alta dos preços das *commodities* puxado pela China pós-crise de 2008 foi deixando de existir e junto com ele as margens de manobra do governo. Enquanto a grande conciliação de classes (capital e trabalho) e de frações e setores das classes dominantes vigorou, o governo petista conseguiu reduzir o desemprego a índices baixos, reduzir fortemente a pobreza extrema (Bolsa Família, Farmácia Popular) e ampliar o gasto público com direitos sociais oriundos da Constituição de 1988 (Aposentadoria rural, Seguro-defeso, Benefício de Prestação Continuada), paralelamente à ampliação do investimento público em obras de infraestrutura (PAC) e moradia (Minha Casa Minha Vida).

Como dito acima, toda essa engenharia política estava erigida sobre condições econômicas e políticas excepcionais, que, ao serem superadas, impossibilitaram a continuidade da política de conciliação de classes. Essas condições se esfumaram e a classe dominante em conjunto exigiu a alteração da condução política do governo Dilma, que em 2015 iniciou uma forte política neoliberal clássica, dissipando o arremedo desenvolvimentista do período anterior.

Para concluir o quadro que permitiu o golpe de 2016, importante mencionar os efeitos das manifestações de junho de 2013. Para as classes dominantes ficou evidente que o PT já não possuía a liderança política junto a amplas parcelas da classe trabalhadora brasileira, principalmente junto aos trabalhadores urbanos, jovens, do setor

dos serviços, marcados por baixa sindicalização e experiência sindical. Se o PT e o governo Dilma demonstraram fidelidade à conciliação de classes ao virar as costas ao movimento e criminalizá-lo, para as classes dominantes as mobilizações contra o governo do PT evidenciaram que era possível galvanizar aquela insatisfação em favor de uma plataforma político-eleitoral mais nitidamente neoliberal nas eleições de 2014.

Sumariamente, afirmamos que o golpe de 2016 contra a política de conciliação de classes do PT evidencia que a superestrutura político-jurídica erigida em 1988, a despeito das suas nítidas limitações e mesmo das restrições adicionais aos interesses populares impostas nas últimas décadas a partir do receituário neoliberal¹¹, atingiu elevado grau de contradição com a depauperada infraestrutura econômica brasileira. A agudização da desindustrialização e da financeirização da economia exige mais uma profunda inflexão político-institucional a fim de tornar a superestrutura condizente com esta realidade que vem sendo tecida desde os anos noventa.

As classes dominantes sob hegemonia do capital financeiro em articulação explícita com o imperialismo impuseram o golpe jurídico-parlamentar para acelerar essa readequação do aparato de Estado às suas necessidades econômicas, não demonstrando nenhum pudor em associarem-se ao neofascismo bolsonarista nas eleições de 2018 e de apoiar o governo até o presente momento.

É necessário ter clareza que os direitos sociais inscritos na Constituição de 1988, e mesmo suas garantias políticas – as chamadas liberdades democráticas – não encontram “chão social” para brotar e se desenvolver em condições de reversão civilizacional de longo prazo. Não à toa, o autoritarismo¹² e a restrição à efetivação aos direitos sociais têm a primazia de lá para cá, a despeito da luta diuturna dos setores democráticos e socialistas em seu favor. Direitos sociais universais e amplas liberdades democráticas são incompatíveis com o modelo de desenvolvimento verificado nas últimas décadas. Há um anacronismo entre as aspirações democráticas da maior parte da sociedade brasileira e os rumos econômicos que o país tem tomado.

Desta forma, o avanço progressivo da regressão econômico-produtiva nacional vai exigindo uma progressiva adaptação do aparato de Estado (superestrutura jurídico-política), dilapidando o arremedo de bem-estar social e hipertrofiando o autoritarismo típico do capitalismo dependente. Essa adaptação tem se dado de forma progressiva, com momentos de inflexão, saltos de qualidade. Entendemos que a crise econômica de 2015-16 concatenou as classes dominantes em torno da ideia de que o momento exige uma ruptura definitiva com entraves postos pela luta de classes na década de 80.

Na nossa avaliação, a classe trabalhadora sofreu em 2016 uma forte derrota política, que se iniciara em 2013 quando da ascensão das chamadas “jornadas de junho” em virtude do abandono do governo Dilma e do PT ao movimento de massas, o que gerou um vácuo político que pavimentou o caminho para os *think-tanks* da nova direita erigidos à condição de verdadeiros partidos políticos (MBL, Revoltados Online, etc.). A vitória da política de conciliação de classes em 2014 com uma insustentável plataforma neodesenvolvimentista¹³ apenas adiou a derrota, que foi retomada em 2015 com a implementação do receituário neoliberal por Dilma/Levy, o fortalecimento da Lava-Jato/DOJ (EUA) e dos movimentos de rua da nova direita profascista.

11. O Estado autocrático na sua forma (regime) de democracia de cooptação, segundo Florestan Fernandes (2005).

12. Para a crítica ao pensamento convencional e à dicotomia democracia/autoritarismo, Cf. FERNANDES, 2019.

A engenharia política deflagrada tinha objetivos claros: 1) impor uma escalada na superexploração da força de trabalho via ampliação do desemprego a índices “saudáveis” (dois dígitos), acumulação no capitalismo dependente e supressão de direitos trabalhistas; 2) reduzir ou até suprimir custos de seguridade social para o capital e abocanhar cifras trilionárias (R\$ 4 trilhões em 20 anos) deste importante direito social para o financismo (parcialmente conquistada com a contrarreforma da previdência; 3) impor uma camisa de força constitucional aos investimentos públicos, patamar sem precedente de austeridade fiscal neoliberal (EC95); 4) privatizar na “bacia das almas” o que resta do patrimônio público, num processo de pilhagem inaudito, que tem na Petrobrás, na Eletrobrás e nos bancos públicos as “joias da coroa”; 5) acelerar o processo de concentração e centralização de capital na economia brasileira com a supressão do que resta de barreiras comerciais e financeiras, bem como a supressão das míseras políticas industriais do período precedente; 6) radicalizar a desindustrialização em um novo ciclo de conversão dos empresários industriais à condição de investidores no mercado financeiro ou de grandes varejistas de produtos importados; 7) dismantelar a produção científica e tecnológica erigida às duras penas no país, com a privatização da educação superior pública (Future-se), dos Institutos Federais e das empresas públicas que investem em P&D.

Ainda que Bolsonaro não fosse a primeira opção eleitoral em 2018, sua candidatura contou com o apoio do conjunto das classes dominantes naquela oportunidade. Seu governo assumiu a plataforma econômica do bloco no poder e imantou a coalizão de toda a direita brasileira. O movimento neofascista¹⁴ reorganizado em 2015 chegara ao Executivo Federal.

O governo era uníssono na plataforma econômica e na aversão à esquerda (mesmo que aquela dentro da ordem), mas divergia internamente na forma e nos objetivos políticos de médio prazo: para a desmoralizada direita liberal (PSDB, DEM, Globo) a tarefa era eleger Bolsonaro, aprovar a pauta econômica e conter o ímpeto fascista do presidente, tendo em vista o retorno ao governo central em 2022; já para Bolsonaro e seu movimento neofascista a tarefa era/é criar condições para um golpe de Estado que transcenda os limites de um governo fascista no interior do regime democrático restrito, que impõe limites às suas pretensões políticas autoritárias; os militares no governo (mais de 3 mil) foram peças-chave no processo golpista deflagrado em 2016 e no governo demonstram ter mais proximidade do que contradição com o bolsonarismo. Ainda que não sejam fascistas, dada a sua natureza corporativa burocrática e altamente hierarquizada que os fazem desmobilizar a sociedade civil, ao invés de mobilizá-la, os militares se mostraram muito adeptos de teses caras ao bolsonarismo, como a de guerra cultural contra o “marxismo cultural”, a de “golpe branco” do STF contra o Executivo e, por fim, a que defende a intervenção militar “constitucional” amparada no artigo 142 da CF¹⁵.

Com o início da pandemia, Bolsonaro resolveu testar a ordem constitucional, operando uma política de forte mobilização das hostes fascistas, com duros ataques às instituições (STF e setores da mídia) e depuração do seu governo, excluindo todos aqueles não adeptos dos seus intentos. A “bolsonarização” do governo ficou nítida nas demissões do ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM), e do laureado ministro da justiça, Sérgio Moro.

13. A crise econômica deixava nítido que a reedição da política de conciliação de classes do período precedente não tinha mais base de sustentação. A ruptura era necessária à esquerda ou à direita. Dilma/PT optou pela segunda opção.

14. Sobre a natureza neofascista do bolsonarismo e do governo Bolsonaro, Cf. BOITO Jr (2019b).

15. Sobre a distinção entre ditadura militar, bonapartismo e fascismo, Cf. Poulantzas (1972).

Ao que tudo indica, o *putsch* bolsonarista (GUGLIANO, 2020) só não ocorreu no final de maio por falta de apoio do grosso das classes dominantes, que ainda acha ser possível consumir a refuncionalização final do Estado brasileiro ao capitalismo dependente financeirizado e reprimarizado a partir do interior da própria democracia restrita. Globo, PSDB e DEM representam essa “oposição” burguesa e neoliberal a Bolsonaro, buscando conter os seus objetivos de ruptura e preservar a agenda econômica na sua máxima radicalidade. Não há, portanto, contradições essenciais entre liberais e fascistas, suas contradições se restringem à definição de quem operará a consumação da reversão civilizacional: a velha classe política constituída na “redemocratização” ou o consórcio estabelecido entre neofascistas e militares gorilas.

Tanto no bloco no poder quanto nas representações políticas da burguesia há um consenso de que se deve aparar as arestas e **aproveitar o cenário de pandemia para acelerar as contrarreformas e privatizações.** A grande mídia já busca pautar a agenda política nestes termos, diminuindo o ritmo na denúncia aos casos de corrupção e de associação às milícias cariocas por parte do clã Bolsonaro e diminuindo a divulgação da situação da Pandemia no país. Igualmente, o STF e o TSE seguram o julgamento de temas políticos candentes para o governo (inquérito das *fake news*, julgamento e cassação de chapa eleitoral) e a política nacional (suspeição de Moro).

A esquerda tenta se reerguer da derrota política dos últimos anos em um cenário difícil, posto que a pandemia artificializa a conjuntura ao impedir grandes mobilizações de rua. A profunda crise econômica intensificada pela pandemia produzirá tensões sociais que por hora estão encobertas pela própria pandemia e pelo auxílio emergencial, **cabendo à esquerda se inserir no seio dos trabalhadores a fim de constituir uma nova liderança política legitimada e estrategicamente municiada, superando os equívocos estratégicos da conciliação de classes das últimas décadas.** A necessidade histórica de derrotar o neofascismo não pode levar a esquerda ao equívoco das frentes amplas sob a hegemonia da direita liberal, visto que esta é responsável direta pela emergência do neofascismo ao governo e protagonista da reversão civilizacional que ora vivencia um ponto de inflexão histórico.

A ampla unidade necessária não deve perder de vista a fronteira de classe e a necessidade estratégica de mobilização das massas em torno de um projeto socialista, único capaz de reverter o processo iniciado nos anos 90 e articular desenvolvimento com os anseios das classes subalternas.

A reedição de estratégias de conciliação de classes, como a do neodesenvolvimentismo, além de não possuírem condições mínimas de efetivação – dada as crises econômicas internacional e da economia brasileira, bem como do recrudescimento do imperialismo estadunidense, desarmam política, organizativa e ideologicamente a classe trabalhadora, ao condicionar a sua atuação aos termos políticos exigidos por setores/frações das classes dominantes que queiram se valer da força política dos trabalhadores para renegociar as condições políticas no interior do bloco no poder.

Mais do que nunca, propostas desta natureza são ainda mais rebaixadas e incapazes de deter a tendência de longo prazo da economia brasileira. É imprescindível o resgate da temática da revolução brasileira e do seu caráter socialista, condição necessária para se romper com a dependência e o subdesenvolvimento. ↗

REFERÊNCIAS

- BALASSIANO, M, TRECE, J. TAXA DE INVESTIMENTOS no Brasil: Menor nível dos últimos 50 anos. Blog do IBRE, 2019. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/taxa-de-investimentos-nobrasil-menor-nivel-dos-ultimos-50-anos>. Acesso em 03/10/2020.
- BELUZZO, L.G. O Dólar e os desequilíbrios Globais, Revista de Economia Política, vol. 25, 2005.
- BOITO Jr., A. Reforma e Crise Política no Brasil. Editora Unicamp, 2018.
- _____. O Neofascismo no Brasil. 2019a. Disponível em: https://www.academia.edu/38906287/O_NEOFASCISMO_NO_BRASIL. Acesso em 03/10/2020.
- _____. O Bolsonarismo é uma variante do fascismo? ANPOCS, 2019b. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/mr-10/mr12-1/12014-obolsonarismo-e-uma-variante-do-fascismo-autor-armando-boito-junior/file>. Acesso em 03/10/2020.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Serv. Soc. Soc., n. 122, 2012.
- _____. O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. Expressão Popular, 2013.
- FERNANDES, F. Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo, Expressão Popular, 2019.
- _____. F. A Revolução Burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
- FILGUEIRAS, L. Padrão de Desenvolvimento Brasileiro e Desindustrialização. Jornal dos Economistas, nº 358/2019, Corecon/RJ. Disponível em: <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/D6FBA3C005423E4949B4B1DEA9F469CD.pdf>. Acesso em 03/10/2020.
- _____. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. CLACSO, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em 03/10/2020.
- FIORI, J.L. Maria da Conceição Tavares e a hegemonia americana. Lua Nova, nº 50, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000200011. Acesso em 03/10/2020.
- _____. A miséria do ‘novo desenvolvimentismo’. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Amiseria-do-novo-desenvolvimentismo-/20887>. Acesso em 03/10/2020.
- GUGLIANO, M. VOU INTERVIR!. Piauí, 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vou-intervir/>. Acesso em 03/10/2020.
- HOBBSAWN, E. Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IASI, Mauro. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MACHADO, F. A. Avaliação das políticas industriais do século XXI por meio da atuação do BNDES sob a ótica da complexidade econômica, dissertação, IPEA, 2019. Disponível em: <http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma3/felipe-augusto-machado.pdf>. Acesso em 03/10/2020.

MANOEL, J. O PREÇO DO republicanismo ingênuo. Partido Comunista Brasileiro, 2017. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/17830/o-preco-do-republicanismo-ingenuo-o-caso-da-policia-federal>. Acesso em 03/10/2020.

MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução. Editora Insular, 2014.

MARTINS, C. E. A Teoria Marxista da Dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo, Caderno CRH, nº 84, 2018.

MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira, TD Nerus, São Paulo, 2019.

NEGRI, F. CAVALCANTE, L. R. Os dilemas e desafios da produtividade no Brasil. In.: Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes, IPEA, 2014. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/documentos/livro-produtividade-no-brasil-1>. Acesso em 03/10/2020.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. Boitempo, 2012.

_____. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. Outras Expressões, 2014.

PROGRAMA MORGENTHAU para a Alemanha Pós-Guerra. Deutsche Welle, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1944-programa-morgenthau-para-a-alemanha-p%C3%B3s-guerra/a-319276>. Acesso em 03/10/2020.

POULANTZAS, N. Fascismo e Ditadura, Editora Portucalens, 1972.

SANTOS, F. L. B. Uma história da onda progressista sul-americana. Editora Elefante, 2018.